

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL- O QUE TRAZ A LITERATURA? SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE PODERIAM DIZER OS DADOS DO CENSO SOBRE GRUPOS EDUCACIONAIS

THE BRAZILIAN HIGHER EDUCATION FIELD'S CONFIGURATION: WHAT COULD THE
CENSUS DATA SHOW

LA CONFIGURACIÓN DEL CAMPO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: QUÉ
PODRÍAN MOSTRAR LOS DATOS DEL CENSO

EDSON MACHADO DE SOUSA FILHO¹

JOSÉ VIEIRA DE SOUSA²

RESUMO

O texto argumenta para que se inclua no Censo da Educação Superior variável que possa indicar as relações econômicas entre as instituições de educação superior credenciadas e grupos educacionais. Tal ação viabilizaria estudos mais confiáveis a respeito da configuração do campo da educação superior brasileira, principalmente diante de uma tendência de concentração de matrículas. As variáveis atuais do censo, categoria administrativa e organização acadêmica, não permitem identificar adequadamente tais relações, motivo pelo qual pesquisadores recorrem a fontes externas, como relatórios de mercado e registros da Comissão de Valores Mobiliários. As fontes disponíveis, assim, produzem informações incompletas, sobretudo no caso de grupos educacionais de capital fechado. Para estudos da configuração da educação superior, principalmente para o segmento privado, essas limitações mascaram a realidade do campo. Defende-se, portanto, que o censo inclua a identificação de vínculos econômicos entre instituições, mantenedoras e grupos, ampliando a confiabilidade das análises a respeito desse tema.

Palavras-Chave: educação superior; Censo da Educação Superior; concentração do capital.

ABSTRACT

This text argues for the inclusion groups in the Higher Education Census of a variable that would indicate the economic relations of higher education institutions and educational groups. This would enable more reliable studies on the configuration of the Brazilian higher education field, especially considering a trend of enrollment concentration. The current census variables, administrative category and academic organization, do not adequately identify such relationships, which is why researchers resort to external sources, such as market reports and records from the Securities and Exchange Commission. The available sources, thus, provide incomplete information, particularly in the case of privately held groups. For studies concerning the configuration of higher education, specially that of the private sector, mask the reality of the field. Therefore, it is argued that the census should include the identification of economic relations between institutions,

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em educação da UnB, mantenedor do Centro Universitário IESB, membro do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (Gepaes).

² Doutor em sociologia, professor titular da UnB na linha de pesquisa de Políticas de Pesquisa e Gestão da Educação no PPGE, líder do Gepaes.

mantenedoras, and groups, thereby enhancing the reliability of analyses of this issue.

Keywords: higher education; Higher Education Census; capital concentration.

RESUMEN

El texto argumenta la inclusión en el Censo de la Educación Superior de una variable que pueda indicar las relaciones económicas entre las instituciones de educación superior y los grupos educativos. Tal medida posibilitaría estudios más confiables sobre la configuración del campo de la educación superior brasileña, especialmente ante la tendencia de concentración de matrículas. Las variables actuales del censo, categoría administrativa y organización académica, no permiten identificar adecuadamente dichas relaciones, motivo por el cual los investigadores recurren a fuentes externas, como informes de mercado y registros de la Comisión de Valores Mobiliarios. Las fuentes disponibles, por tanto, ofrecen información incompleta, especialmente en el caso de los grupos de capital privado. Para estudios sobre la configuración de la educación superior, en particular del sector privado, terminan enmascarando la realidad del campo. Por ello, se sostiene que el censo debería incluir la identificación de las relaciones económicas entre instituciones, mantenedoras y grupos, fortaleciendo así la fiabilidad de los análisis.

Palabras clave: educación superior; Censo de la Educación Superior; concentración del capital.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como tema a discussão sobre o estudo da educação superior brasileira e seus fenômenos históricos. Especificamente, debruça-se sobre os dados disponíveis para o estudo da configuração da educação superior em termos de suas instituições e suas respectivas matrículas. O objetivo é argumentar pela necessidade de se incluir no instrumento de coleta do Censo da Educação Superior (CES) a indicação de mantenedora de uma Instituição de Educação Superior (IES) como parte de um grupo educacional. Demonstra-se essa necessidade com a análise das transformações ocorridas na configuração de IES do Distrito Federal (DF), com especial foco para o fenômeno da concentração de matrículas de graduação. Para cumprir esse objetivo, relata-se pesquisa realizada anteriormente (Sousa Filho, 2024), na qual foram consultados estudos bibliográficos pertinentes aos períodos anteriores a 2010, as sinopses estatísticas e os microdados dos CES de 2010 a 2022.

Considerando-se as variáveis presentes no CES, derivadas dos cadastros das IES no e-MEC³ e do instrumento de coleta do próprio censo, ao se tratar da configuração da educação superior quanto aos tipos organizacionais, as análises dos movimentos das IES se restringem a classificações de organização acadêmica e categoria administrativa. Sob esse ponto de vista, os pesquisadores do tema têm se limitado à conjugação dessas variáveis para uma melhor compreensão

3 Sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações cadastrais de cursos e IES, relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de ensino/SFE (Brasil, 2017).

das possíveis reconfigurações do campo no país, variando entre diagnósticos de diversidade e alertas de concentração e oligopolização (Furtado, 2022; Miranda; Azevedo, 2020; Sampaio, 2014). Esses alertas, contudo, em vez de contarem com os dados do censo, tendem a utilizar estudos realizados por consultorias de mercado educacional ou análises de relatórios de resultados dos grupos educacionais de capital aberto, justamente porque apenas a variável de categoria administrativa não reflete as relações concretas entre IES diferentes mantidas por um mesmo grupo educacional.

Ao buscar superar a dificuldade na identificação de grupos educacionais, Sousa Filho (2024) utilizou dados estatísticos do CES referentes às IES do DF, entre os anos de 2010 e 2022, e fontes externas de informação. Para a compreensão do fenômeno da concentração de matrículas diante da configuração do campo, o autor enfocou as IES locais e suas respectivas matrículas de graduação presencial e da modalidade de educação a distância (EaD). Ainda, adicionou aquelas matrículas ofertadas no campo do DF por instituições credenciadas em outras unidades da Federação. A distinção se fez necessária para contemplar as matrículas da modalidade EaD no DF que eram oferecidas por IES de fora do campo e, também, pela presença da Universidade Paulista (Unip), credenciada no estado de São Paulo, mas com ofertas no campo analisado.

Na pesquisa citada, os dados do CES, foram extraídos como arquivos .csv (*comma separated value*) e analisados por meio de medidas estatísticas descritivas, visando à determinação das principais transformações na educação superior do DF no período pesquisado. A construção da categoria de grupos educacionais foi complementada por pesquisas em fontes externas ao CES, como *sites* das IES do DF, *sites* de notícias locais e de revistas especializadas em negócios com notícias de fusões e aquisições. Para essa classificação, considerou-se como pertencentes a um grupo educacional todas as IES mantidas pela mesma mantenedora (com nomes comerciais iguais ou diferentes), todas as instituições com nomes comerciais similares (mesmo que possuindo mantenedoras diferentes, caso em que os *sites* foram consultados para estabelecer uma relação de grupo econômico) e, por fim, todas aquelas em que foi possível constatar uma operação de venda parcial ou fusão com outro grupo educacional.

A primeira seção deste trabalho, então, traz considerações a respeito do estudo da configuração da educação superior por meio dos dados oficiais do CES. A segunda seção demonstra, por meio do caso do DF, como os dados oficiais podem ser tratados para a compreensão e análise das transformações dessa configuração, principalmente com preocupações da identificação de fenômenos de concentração de matrículas e formação de oligopólios no segmento privado da educação superior. Por último, são apresentadas considerações para o tema e possíveis ajustes na coleta de dados pelo Inep para a melhoria dos estudos da educação superior brasileira.

CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMO SE ESTUDA A CONCENTRAÇÃO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO NO SEGMENTO PRIVADO POR MEIO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os estudos de concentração de matrículas por meio dos dados do CES estão limitados pela somatória de matrículas de IES de uma mesma mantenedora, ou, com um pouco mais de esforço, da somatória de mantenedoras cujos nomes sugerem a participação em um mesmo grupo educacional. Ainda assim, será estudo incompleto, haja vista que nem todo grupo educacional partilha entre suas instituições os mesmos nomes comerciais e marcas. Assim, fontes externas ao censo são necessárias para construir uma base de dados que conjugue as IES e mantenedoras sob um mesmo grupo educacional. A título de exemplo, a tese de doutoramento de Tagliari (2023) constrói robusta base longitudinal a partir dos microdados do CES, entre 2002 e 2016, para analisar a concentração de matrículas na graduação. Ao buscar indicar as IES com maiores matrículas no país, ao fim do período, elenca as universidades Pitágoras-Unopar e Anhanguera-Uniderp, essa com 2% das matrículas e aquela com 5% (a primeira e quarta posições respectivamente). Contudo, no ano de 2016, essas universidades já faziam parte do mesmo grupo educacional de capital aberto, oriundo da fusão da Kroton com a Anhanguera, três anos antes (Guilherme, 2013), tornando a concentração de matrículas fenômeno mais intenso do que o percebido tão somente com dados do CES.

As fontes externas mais utilizadas para a análise de grupos educacionais são os sites das próprias IES, relatórios de consultorias especializadas, notícias de fusões e aquisições divulgadas em jornais, sites de notícias e revistas (que podem ser de notícias locais ou as especializadas em negócios) e, por exigência legal, relatórios de resultados e documentos submetidos à Comissão de Valores Mobiliários dos grupos educacionais de capital aberto (Carvalho *et al.*, 2024; Furtado, 2022; Sampaio, 2014; Seki, 2021). É de se notar que grupos educacionais de capital fechado possuem muito menos informação pública a respeito de sua composição, tornando os estudos sobre o tema enviesados pelo enfoque em grupos de capital aberto.

Cumprir notar que o problema da classificação de uma IES e sua mantenedora como parte de um grupo educacional já teve solução indicada pelo próprio Ministério da Educação (MEC). Em resposta a ofício da Procuradoria da República do Rio de Janeiro, que analisava negócio jurídico de mudança de controle societário de IES específica, a Nota Técnica nº 326/2013 esclarece os conceitos e relações entre *holdings* e mantenedoras, critérios para o estabelecimento de grupos econômicos de fato (diante das relações de marca e subordinação) e confirma a necessidade de tutela do MEC sobre transferências de controle societário das mantenedoras – prezando pela continuidade de condições de oferta (Brasil, 2013). Além disso, de relevância para este estudo, a referida nota já sugeria que a

[Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior] adot[asse] novas ferramentas e normativas, tais como: (i) incorporação de nova ferramenta no sistema e-MEC, para o tramite de processo aqui analisados, bem como a previsão, juntamente a figura do mantenedor e do mantido, de eventual ‘controlador’ [...] (Brasil, 2013, p. 14).

A presença dessa nova dimensão nos dados disponibilizados pelo Inep, de fato, traria maior segurança nos estudos a respeito da concentração de matrículas e, também, naqueles de concentração de capital econômico e práticas anticompetitivas (Furtado, 2022). Contudo, é de se considerar que o método sugerido (indicação de controlador no e-MEC) pode não refletir as diversas relações econômicas possíveis entre grupos de IES. Como exemplo, cita-se a possibilidade do investimento de participação realizado por fundo de *private equity* em uma IES. Mesmo sem o controle societário, é relevante para estudos de concentração de matrículas que essa relação seja indicada. Por isso, parece adequado que os diversos tipos de relações comerciais entre coligações de IES pudessem ser refletidos pelo instrumento de coleta de dados do CES, por força de supervisão perante o interesse público da manutenção de uma oferta de qualidade.

EXPANSÃO COM CONCENTRAÇÃO: O CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2010 E 2022

O campo da educação superior se estabelece no DF com a fundação da Universidade de Brasília (UnB) em 1962, única universidade pública federal presente no campo, até hoje. Seis anos depois, duas IES privadas são fundadas por mantenedores ligados ao campo político e com propósitos semelhantes de atenderam a demanda reprimida de servidores federais e trabalhadores do setor privado (Sousa, 2013). Um pouco antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), o DF contava com 15 IES (a UnB e o Instituto Rio Branco como as únicas públicas) e 33.794 estudantes de graduação. Martins (1997) e Sousa (2013) concordam que, nesse momento, o campo já se constituía de maneira estável, configurando-se com a UnB como referência de *ethos* acadêmico (como também a Universidade Católica) e as demais IES atuando diante da demanda de certificação e qualificação para o trabalho. Ademais, o último autor aponta para um segmento privado detentor de 69,5% das matrículas, com destaque para a organização acadêmica de tipo faculdades integradas, que formavam 68,1% dos concluintes no DF, em 1993.

A partir da LDB de 1996 e do Decreto nº 2.306/1997, em seu art. 1º, possibilita-se que IES assumam “qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil e comercial” e possam se organizar academicamente como centros universitários – IES pluricurriculares com ensino de excelência reconhecida e regimes de trabalho docente específico (Brasil, 1997). Essas mudanças se refletem no campo da educação superior imediatamente, assim como nas classificações dos instrumentos do CES.

Sousa (2003) estuda o rápido crescimento do período de 1995 a 2002, quando a quantidade de IES instaladas no DF salta de 12 para 63, sendo a maioria absoluta criada no setor privado. Enquanto apenas uma IES por ano foi credenciada no DF entre 1995-1997, a média anual, entre 1998 e 2002, foi de 9,8. O autor mostra como essa situação ocasionou diferentes estratégias por parte das IES privadas em busca de distinção e novos mercados, tanto geográficos quanto na oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu*. Para o autor, o rápido crescimento refletia a política para a educação superior do governo federal, que buscava uma expansão de vagas rápida por meio do segmento privado. Ao fim desse período, em 2002, havia 20.501 matrículas de graduação na UnB (21,4%) e

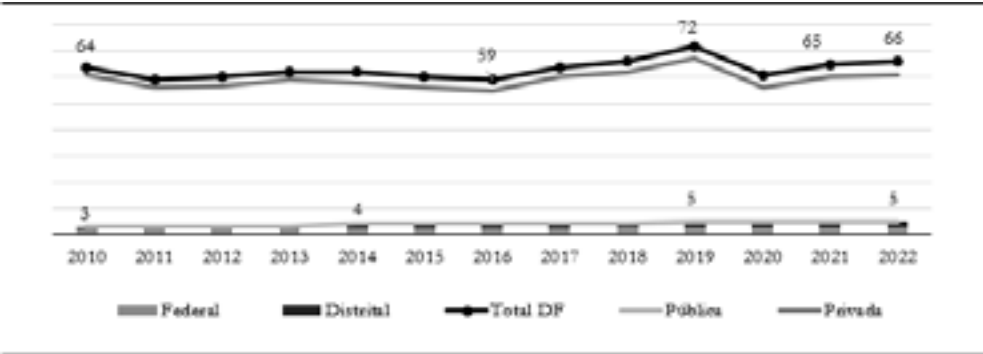
75.382 (78,6%) nas demais IES locais. À época, para além das faculdades privadas, no campo se encontrava uma universidade pública federal, uma universidade privada, um centro universitário privado e uma faculdade de medicina pública.

Entre 2003 e 2007, o número de IES cresce 20,6%, chegando a 76, mas retorna ao patamar do período anterior em 2010, com 64 instituições (Sousa, 2013). Essa exaustão no crescimento da quantidade de IES reflete o início da reconfiguração do campo da educação superior do DF em termos de tipos organizacionais predominantes e da concentração de matrículas. Nesse período, chegam ao campo os grupos Anhanguera (2007) e Cruzeiro do Sul (2008), por meio da aquisição de IES locais; e duas instituições se transformam em centro universitário, contando três no total. No intervalo de 2003 a 2010, as matrículas totais da graduação se expandem em 85,5%, chegando a 177.825 estudantes, representando uma desaceleração desse crescimento, dado que o período anterior, de 1995-2002, vê incremento de 147,8% (Sousa Filho, 2024).

A situação do campo da educação superior do DF no período seguinte, entre 2010 e 2022, quando considerada apenas a possibilidade de análise por meio dos registros do CES, demonstrou um campo configurado de maneira diversa (Gráfico 1), com matrículas totais estagnadas desde 2014 (Gráfico 2), um decréscimo de matrículas presenciais (Gráfico 3a) e um significativo incremento de matrículas a distância (Gráfico 3b).

O Gráfico 1, utilizando-se das sinopses estatísticas do CES, mostra a presença de cinco IES públicas e 61 privadas no DF. Percebe-se o aumento de três para cinco públicas no período, enquanto há uma estabilidade (com variações dentro do período) na quantidade de IES privadas (61). Há de se lembrar que se deve acrescer a essa quantidade de IES a Unip, com sede em SP mas presente no DF, perfazendo um total de 67 IES em 2022.

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (DF, 2010-2022)

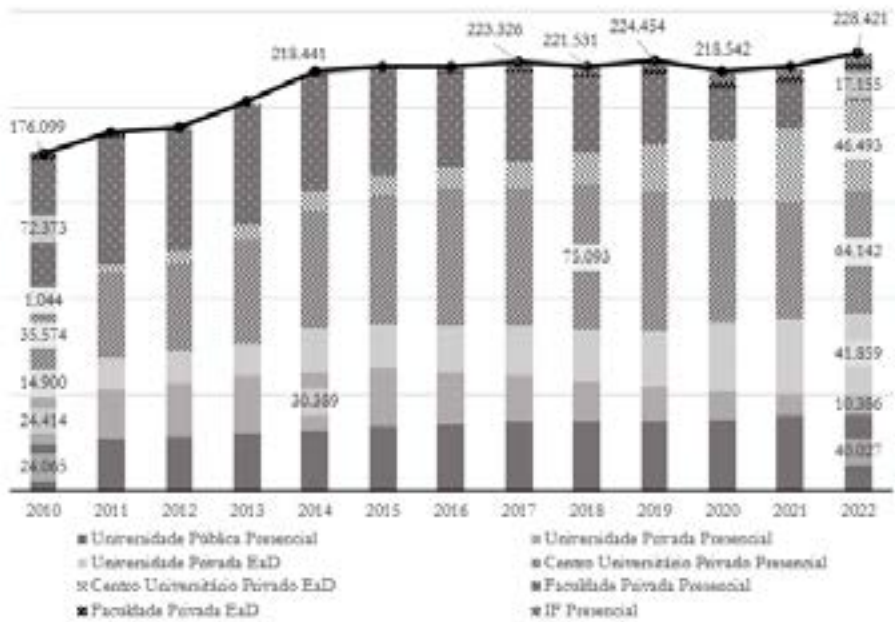


Fonte: Sousa Filho (2024) com base nas sinopses estatísticas do CES entre 2011 e 2023.

No entanto, outra determinação relevante da configuração do campo investigado, é a necessária análise da distribuição de matrículas das IES que o

compõem. O Gráfico 2 permite constatar que alguns tipos organizacionais têm sido mais bem-sucedidos em termos de crescimento de matrículas da graduação.

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE MATRÍCULAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, CATEGORIA ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE OFERTA DE ENSINO (DF, 2010-2022)



Obs.: Não se somaram os dados de matrículas da Unip.

Fonte: Sousa Filho (2024) com base nas sinopses estatísticas do CES entre 2011 e 2023.

Destaca-se o crescimento dos centros universitários privados que, para todo o período 2010-2022, incrementaram suas matrículas presenciais em 80,3% (35.574 para 64.142) e as de EaD em 4.353,3% (de 1.044 a 46.493). Ao mesmo tempo, cumpre registrar o relevante papel da UnB na modalidade presencial, com um incremento significativo nas matrículas de 66,3% entre 2010 e 2022 (de 24.065 a 40.027).

O movimento das matrículas totais fica mais claro ao se visualizar cada modalidade de oferta em separado. Os Gráficos 3a e 3b apresentam, respectivamente, as matrículas presenciais e aquelas da EaD, distribuídas pelas categorias administrativas das IES.

GRÁFICOS 3A E 3B – QUANTIDADE DE MATRÍCULAS PRESENCIAIS E EAD POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (DF, 2010-2022)

Gráfico 3a – Matrículas presenciais

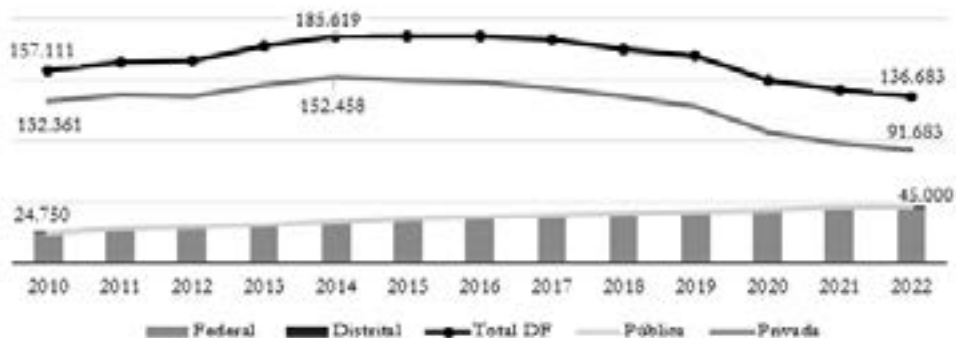
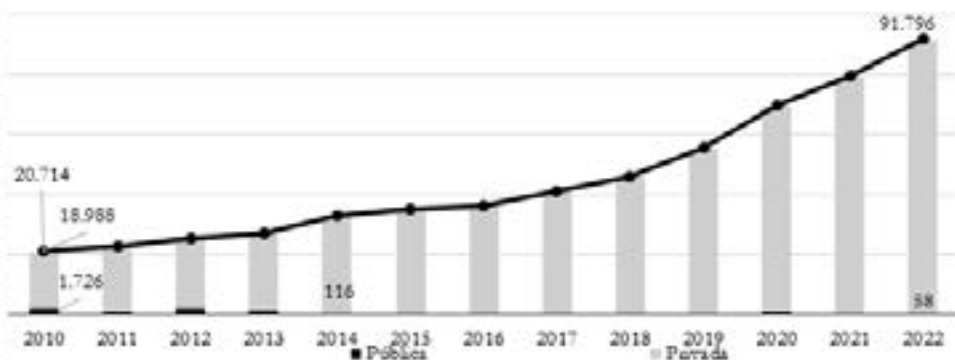


Gráfico 3b – Matrículas EaD



Obs.: Não se somaram os dados de matrículas da Unip.

Fonte: Sousa Filho (2024) com base nas sinopses estatísticas do CES entre 2011 e 2023.

O Gráfico 3a permite observar dois movimentos importantes para a configuração do campo. O primeiro é o significativo decréscimo de matrículas presenciais em IES privadas. Após um crescimento de 15,2% entre 2010 e 2014, quando saem de 132.361 e vão a 152.458, as matrículas presenciais nas IES privadas caem 39,8% de 2014 a 2022, chegando a 91.683. O segundo movimento constatado é que a UnB, única universidade pública federal no DF, cresce 81,8% ao atingir 45.000 matrículas em 2022 (eram 24.750 em 2010).

A partir do Gráfico 3b é possível afirmar que a modalidade EaD vem crescendo de maneira consistente em todo o período, acelerando a partir de 2017, e atingindo um crescimento de 343,1% no período inteiro (note-se que a participação de IES públicas nessa modalidade, em matrículas ofertadas no DF, é quase inexistente).

Nesse ponto, cumpre apresentar um detalhe pertinente com relação aos dados do CES para o estudo da configuração do campo. As sinopses estatísticas

dos censos (fonte muitas vezes escolhida em detrimento dos microdados), quando utilizado um recorte local, apresentam os dados de matrículas ofertadas na unidade Federativa selecionada. Nos gráficos apresentados, contabilizam-se as matrículas presenciais e EaD ofertadas no DF, e não as matrículas EaD de IES do DF, diferença importante para os pesquisadores que tenham recorte geográfico subnacional.

Para o aprofundamento da análise da configuração do campo da educação superior local, então, visualizaram-se as IES componentes desse campo e suas respectivas matrículas por meio dos microdados do CES. Diferentemente dos dados da sinopse de 2022 (na qual constavam 66 IES, conforme o Gráfico 1), havia 55 IES credenciadas no DF, que apresentavam variações de 5 a 55.084 matrículas de graduação. Essa redução se dá pela conjugação de IES que podem ser consideradas como parte do mesmo grupo econômico. Ao mesmo tempo, soma-se uma IES com credenciamento em São Paulo, mas com atuação no DF com graduação presencial.

O primeiro passo para a classificação das IES em grupos econômicos foi conjugar aquelas cuja mantenedora fosse a mesma. No DF, esse era o caso de quatro IES distintas que faziam parte de dois grupos diferentes, um deles um grupo educacional de capital aberto. O segundo passo foi considerar aquelas que, por possuírem o mesmo nome comercial nas instituições ou nas mantenedoras, podem ser consideradas como parte de um grupo educacional (os nomes do e-MEC eram comparados nos sites institucionais para a compreensão de mesma identidade de marca das IES). Nessa etapa, sete IES foram agrupadas em dois grupos econômicos locais diferentes. Um terceiro passo, relevante na análise em Sousa Filho (2024), era a constatação da manutenção da IES por parte de um grupo educacional por meio de fontes externas. Por exemplo, o grupo educacional de capital aberto Yduqs possui, no DF, o Centro Universitário Estácio de Brasília e a Faculdade Ibmec de Brasília. A compreensão de que ambas fazem parte de um mesmo grupo só é possível por meio da consulta do site ou relatórios da companhia, uma vez que suas marcas não se posicionam de maneira conjunta de forma explícita. Com essas considerações da atuação em grupo por parte das IES, pode-se dizer que há 54 IES no DF.

O preparo dos dados com as considerações apresentadas é de extrema relevância para o estudo da expansão da educação superior no DF por possibilitar a constatação da concentração de matrículas em poucas IES. Ao se conjugar os dados de matrículas de diferentes IES pertencentes ao mesmo grupo econômico, tem-se a expressão real de sua posição no campo em termos de matrículas. Dessa forma, a Tabela 1 mostra o nível de concentração de matrículas em dois níveis, levando-se em conta apenas as cinco maiores e observando, também, as dez maiores IES atuantes no campo local em 2022.

TABELA 1 – CONCENTRAÇÃO DE MATRÍCULAS DAS MAIORES INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO DF (2022)

Maiores IES e modalidade	Matrículas	Total e %
Presencial e EaD		217.218
Cinco maiores	142.325	65,5%
Dez maiores	184.070	84,7%
Presencial		136.683
Cinco maiores	83.708	61,2%
Dez maiores	109.023	79,8%
EaD		80.535
Cinco maiores	74.076	92,0%
Dez maiores	78.875	97,9%

Fonte: Sousa Filho (2024) como base nos microdados do CES 2022.

A Tabela 1 deixa clara a situação de concentração de matrículas no campo do DF, explicitando uma realidade que a simples análise das sinopses estatísticas e, até mesmo, dos microdados não permitiria observar. Isso é válido principalmente para aquelas instituições que possuem, por estratégia de negócios ou por seu histórico de constituição, a presença em uma mesma unidade federativa de IES com credenciamentos diferentes ou mantidas por mais de uma mantenedora. Esses cálculos de concentração de matrículas não poderiam ser realizados sem a conjugação de IES dos mesmos grupos educacionais, uma vez que sua atuação é coordenada e, portanto, seus impactos concorrenciais no campo são efeito de sua presença em totalidade, não como organizações isoladas.

Ainda, para maior compreensão da configuração do campo da educação superior do DF (e como última observação sobre os usos do CES para o estudo da educação superior), é necessário observar a diferença nos registros do CES entre as matrículas de EaD ofertadas por IES credenciadas no em um campo local e aquelas ofertadas no campo local por IES do Brasil inteiro. Na Tabela 1, tem-se as matrículas EaD das IES do DF ofertadas no Brasil. Ao todo, somam-se 80.535 matrículas dessa forma em 2022. Contudo a sinopse estatística desse ano mostra o DF com 91.796 matrículas EaD ofertadas no DF (Sousa Filho, 2024). Essa mudança de perspectiva mostra uma situação muito diferente para o campo da educação superior local, uma vez que, diante desses números, as IES do DF detêm apenas 19,0% das matrículas EaD (17.472) e as quatro maiores – respectivamente, os grupos educacionais de capital aberto Yduqs, Vitru, Cruzeiro do Sul e Kroton – 61,9%, o que corresponde a 56.833 estudantes na graduação EaD (Sousa Filho, 2024).

Entende-se, por todo o apresentado, que o aprofundamento da análise a respeito das matrículas diante de um fenômeno de concentração é muito relevante para o estudo da configuração da educação superior. No caso do DF, as análises realizadas nos permitem concluir que, com 85% das matrículas de graduação em apenas dez IES, o campo local, em 2022, não é tão diverso quanto se poderia pensar com apenas a quantidade de IES, sejam as 66 credenciadas mais a Unip (Inep, 2023) ou as 54 IES distintas, após a classificação daquelas pertencentes a grupos educacionais (Sousa Filho, 2024). Ainda, pode-se considerar que a situação é agravada pelo fato de a oferta de graduação se tornar cada vez mais dependente

da modalidade EaD, e essa ser muito mais concentrada por grupos educacionais de capital aberto. Justifica-se assim, a necessidade de um aprimoramento no instrumento de coleta do CES que capte adequadamente as relações econômicas entre as diferentes IES brasileiras, com vistas a necessária regulação e supervisão da qualidade da oferta de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi demonstrar o potencial do CES para aprimorar os estudos a respeito da configuração da educação superior brasileira, enfocando o fenômeno da concentração de matrículas. Argumentou-se, com base em estudo realizado por (Sousa Filho, 2024), que essa melhoria para a pesquisa do campo se faria por meio da inserção, em seu instrumento de coleta, não somente a figura de um controlador da mantenedora, como sugerido na Nota Técnica nº 326/2013 (Brasil, 2013), mas também das diferentes formas de relação econômica de uma IES em um grupo educacional. Com essa possibilidade de análise, diante de dados mais confiáveis, as compreensões dos movimentos de reconfiguração do campo da educação superior se mostrariam mais atinentes à realidade do campo.

Chama atenção o fato de que o fenômeno da concentração de matrículas é, como demonstrado no caso do DF, potencialmente mais intenso na modalidade EaD. Considerando-se as complexidades apresentadas para a interpretação de dados dessa modalidade em um campo local, e a expressiva importância que as matrículas EaD tomaram na concorrência do segmento privado, seu estudo assume crescente relevância.

Conclui-se com o entendimento de que tanto do ponto de vista acadêmico, mas principalmente, regulatório, seria possível supervisionar a dinâmica de oferta de vagas em determinada localidade, buscando a maior competitividade entre as IES independentes e aquelas que são parte de grupos e, também, a garantia de uma oferta de qualidade. Por óbvio que essa atribuição não se pode realizar sem o pleno entendimento de como as IES se posicionam em determinada localidade, e tal compreensão não se pode atingir sem o devido reconhecimento das capacidades competitivas das IES, principalmente, sua dimensão de escala organizacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306imprensa.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 326/2013-CGLNRS/DPR/SERES/MEC. Ementa: Alteração de controle societário e caracterização de transferência

de manutenção [...]. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13243-nota-tecnica-326-2013-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o sistema e-MEC: sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações [...]. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CARVALHO, C. H. A.; SOUSA FILHO, E. M.; GOELLNER, I. A.; FREIRE, N. R.; AMITRANO, C. R. Financeirização da educação superior privada no Brasil: expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013–2022). *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e286692, 2024. DOI: 10.1590/ES.286692.

FURTADO, R. A. Atos de concentração no setor de educação superior no Brasil: as decisões do Cade sob o paradigma do bem-estar do consumidor e a teoria do interesse público. *Revista de Direito Setorial e Regulatório*, v. 8, n. 2, p. 38–94, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/43229>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GUILHERME, P. Após fusão, Kroton e Anhanguera mantêm operações até o aval do Cade. *G1*, São Paulo, 23 abr. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/04/apos-fusao-kroton-e-anhanguera-mantem-operacoes-ate-o-aval-do-cade.html>. Acesso em: 19 abr. 2025.

INEP. Microdados do Censo da Educação Superior 2022. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/centso-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 out. 2024.

MARTINS, C. B. O ensino superior privado no Distrito Federal. *Cadernos de Pesquisa*, n. 102, p. 157–186, 1997. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/745>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MIRANDA, P. R.; AZEVEDO, M. L. N. D. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? *Educação & Formação*, v. 5, n. 3, 2020. DOI: 10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421.

SAMPAIO, H. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 84, p. 43–55, 2014. DOI: 10.1590/S0102-69092014000100003.

SEKI, A. K. O capital financeiro no ensino superior brasileiro (1990–2018). Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021. Disponível em: https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wp-content/uploads/ALLAN_SEKI-CAPITAL-FINANCEIRO-NO-ENSINO-SUPERIOR.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUSA, J. V. Educação superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações na configuração de um campo. Brasília: Liber Livro, 2013.

SOUSA, J. V. O ensino superior privado no Distrito Federal: uma análise de sua recente

expansão (1995/2001). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SOUSA FILHO, E. M. (Re)configuração do campo da educação superior do Distrito Federal entre 2010 e 2022: movimentos e tendências. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/50469>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TAGLIARI, C. Diferenciação com concentração: lógicas organizacionais na expansão do ensino superior brasileiro. 2023. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas — Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://ppgsa.ifcs.ufrj.br/eventos/7022/diferenciacao-com-concentracao-logicas-organizacionais-na-expansao-do-ensino-superior-brasileiro>. Acesso em: 15 abr. 2025.